

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 68/XII/2.^a SL

Aos 3 dias do mês de julho de 2013, pelas 09:55 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 158/XII/2.^a (GOV) - "Estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros, e outras infraestruturas" - Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD);
3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas: Projeto de Lei n.º 406/XII/2.^a (BE) - "Garante o exercício dos direitos dos utilizadores, consagrados no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos" e Projeto de Lei n.º 423/XII/2.^a (PCP) - "Assegura os direitos de utilizações livres previstas no Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos";
4. Distribuição de iniciativas europeias;
5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente sobre a PARLNAT(2012)219 - Proposta de Regulamento relativa às formas de exercício do direito de inquérito do Parlamento Europeu, que revoga a Decisão 95/167/CE, Euratom, CECA do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão - Relator - Deputado João Lobo (PSD);
6. Fixação da redação final do texto que procede à "Primeira alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho (Lei de organização, competência e funcionamento dos julgados de paz), aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz" [PPL n.º 115/XII/2.^a (GOV) e PJs n.ºs 333/XII/2.^a (PCP) e 334/XII/2.^a (BE)], nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;
7. Apreciação e votação das atas n.ºs 60 a 66 (correspondendo às reuniões da Comissão de 4 a 26 de junho de 2013);
8. Outros assuntos.

10:30 Horas - Audição da Ministra da Justiça (nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do RAR)

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão da Comissão, Senhor Deputado Fernando Negrão, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas e designados relatores:

Proposta de Lei n.º 160/XII/2.^a (GOV)	<u>Cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça.</u>	Relator: A indicar (PS)
---	---	--------------------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 68/XII/2.^a SL

Projeto de Resolução n.º 783/XII/2.^a (PSD/CDS-PP)	<u>Reorganização das áreas territoriais das forças de segurança no concelho de Ourém por uma justa repartição de território entre PSP e GNR</u>	Deliberado apreciar em Comissão
---	---	--

Seguidamente, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou o seu parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 158/XII/2.^a \(GOV\)](#) - "*Estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros, e outras infraestruturas*", após o que intervieram os Senhores Deputados João Oliveira (PCP) e Pita Ameixa (PS), que formularam observações sobre o objeto da iniciativa. Submetidas a votação, as partes I III do parecer foram aprovadas com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP, registando-se as ausências do BE e do PEV.

Em seguida, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 406/XII/2.^a \(BE\)](#) - "*Garante o exercício dos direitos dos utilizadores, consagrados no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*" e do [Projeto de Lei n.º 423/XII/2.^a \(PCP\)](#) - "*Assegura os direitos de utilizações livres previstas no Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos*", por ter sido aprovado por unanimidade requerimento dos Grupos parlamentares do PSD e do CDS/PP para concessão da audiência solicitada pela Associação Ensino Livre e pela Associação Nacional de Software Livre acerca das duas iniciativas legislativas.

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 68/XII/2.ª SL

Iniciativa	Relator nomeado
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de 2012 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE [COM(2013)271].</p> <p>Esta iniciativa tem associados os seguintes documentos de trabalho: <i>Report on Progress on equality between women and men in 2012</i> [SWD(2013)171] e <i>Application of the EU Charter of Fundamental Rights in 2012</i> [SWD(2013)172 – 9 partes].</p>	<p>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de 2013 sobre a Cidadania da UE - Cidadãos da UE: os seus direitos, o seu futuro [COM(2013)269].</p> <p>Obs: distribuída também à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</p>	<p>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º DO TFUE - Sobre os progressos realizados no sentido do exercício efetivo da cidadania da União no período 2011-2013 [COM(2013)270].</p> <p>Obs: distribuída também à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</p>	<p>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</p>
<p>Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infrações às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia COM(2013)404. Esta iniciativa tem associados os seguinte documentos de trabalho: “<i>IMPACT ASSESSMENT REPORT - Damages actions for breach of the EU antitrust rules</i>” [SWD(2013)203] e “<i>RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO - Ações de indemnização por violação das regras da UE no domínio antitrust</i>” [SWD(2013)204].</p>	<p>Deputado João Lobo (PSD)</p> <p>Relatório a aprovar até 17.07.2013</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um regime simplificado de controlo de pessoas nas fronteiras externas baseado no reconhecimento unilateral pela Croácia e por Chipre de determinados documentos como equivalentes aos respetivos vistos nacionais para efeitos de trânsito ou de estada prevista nos seus territórios não superior a 90 dias num período de 180 dias e que revoga as Decisões n.os 895/2006/CE e 582/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)441].</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 68/XII/2.^a SL

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - As metas de Barcelona_ O desenvolvimento dos serviços de acolhimento para a primeira infância na Europa para um crescimento sustentável e inclusivo [COM(2013)322]. Esta iniciativa tem associado um documento de trabalho [SWD(2013)192].	Deputada Margarida Almeida (PSD)
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - RELATÓRIO INTERCALAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SCHENGEN DE SEGUNDA GERAÇÃO (SIS II), julho – dezembro de 2012 [COM(2013)305].	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a Áustria e Malta a aderir, no interesse da União Europeia, à Convenção da Haia, de 15 de novembro de 1965, relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias civil e Comercial [COM(2013)338]	<i>Deliberado não escrutinar</i>
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Terceiro relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen (1 de novembro de 2012 – 30 de abril de 2013) [COM(2013)326].	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: «Rumo a um quadro jurídico horizontal europeu para a tutela coletiva» [COM(2013)401].	<i>Deliberado não escrutinar</i>
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1523/2007 que proíbe a colocação no mercado e a importação e exportação na União de peles de gato e de cão e de produtos que as contenham [COM(2013)412]	<i>Deliberado não escrutinar</i>

No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou o seu relatório sobre a iniciativa europeia [PARLNAT\(2012\)219](#) - *Proposta de Regulamento relativa às formas de exercício do direito de inquérito do Parlamento Europeu, que revoga a Decisão 95/167/CE, Euratom, CEECA do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão*, tendo o Senhor Deputado Pita Ameixa (PS) solicitado o adiamento da sua votação para consideração mais ponderada do documento, uma vez que este fazia uma análise profunda sobre matéria do maior melindre – a relação entre instituições europeias e órgãos de soberania nacionais.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 68/XII/2.^a SL

Foi ainda fixada por unanimidade, na ausência do PEV, a redação final do texto da *“Primeira alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho (Lei de organização, competência e funcionamento dos julgados de paz), aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz”* [Proposta de Lei n.º 115/XII/2.^a (GOV), Projeto de Lei n.º 333/XII/2.^a (PCP) e Projeto de Lei n.º 334/XII/2.^a (BE)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redação constantes da Informação n.º 139/DAPLEN/2013, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção das previstas para o n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 78/2001, para o artigo 5.º (preambular), na parte relativa à revogação do artigo 68.º da Lei, que mereceu votos contra do PSD e do CDS/PP, e a prevista para o n.º 3 do artigo 8.º (preambular), que também mereceu votos contra do PSD e do CDS/PP, tendo ainda sido aditada uma vírgula ao n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 78/2001.

Foram, por fim, aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as atas n.ºs 60 a 66 (correspondendo às reuniões da Comissão de 4 a 26 de junho de 2013).

Passou-se então à audição obrigatória da Senhora Ministra da Justiça, nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do RAR.

A Senhora Ministra, que estava acompanhada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, Eng. Fernando Santo, produziu uma intervenção inicial acerca da atividade do seu Ministério, após o que o(a)s Senhor(a)s Deputado(a)s Ricardo Rodrigues (PS), Hugo Velosa (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), João Oliveira (PCP), Cecília Honório (BE) e Isabel Oneto (PS) colocaram questões às quais respondeu, tendo sido complementadas por uma intervenção do Senhor Secretário de Estado.

A audição foi gravada em áudio e [vídeo](#) e transmitida em direto pelo Canal Parlamento.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 68/XII/2.^a SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de julho de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 11-09-2013



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 68/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Margarida Almeida
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira